

IAOD dos Deputados Song Pek Kei e Chan Meng Kam em 17.12.2014

Apresento esta intervenção em meu nome, e em nome do deputado Chan Meng Kam.

No dia 22 de Setembro, o Senhor Deputado Chan Meng Kam apresentou uma interpelação escrita sobre o problema das inundações no Porto Interior. Segundo a resposta escrita da Directora Substituta dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, o “grupo de trabalho interdepartamental para estudo do controlo das inundações na zona do Porto Interior” do Governo incumbiu uma entidade de investigação científica de efectuar um estudo sobre a elaboração do “projecto de ordenamento das áreas marítimas e ambiente hidrológico do Porto Interior”. Após uma análise global dos resultados desse estudo, foram então definidos planos de ordenamento a curto, médio e longo prazo. Mas quais são esses planos de médio e longo prazo? Assim sendo, em meados do corrente ano, as Obras Públicas incumbiram duas instituições de ensino superior do Interior da China de efectuarem estudos, de forma autónoma, sobre o “projecto urbano da orla marítima do Porto Interior”, a fim de poderem, a partir de várias propostas, procurar soluções para o ordenamento futuro daquela zona. Mais, face ao adiamento, ao longo dos anos, da tomada de decisões por parte dos serviços responsáveis, isto é, realização de estudos atrás de estudos, para trás e para a frente, muitos residentes questionam o seguinte: quanto aos trabalhos relativos à resolução do problema das inundações do Porto Interior, será que o Governo sofre da doença dos “estudos”?

Nas épocas de tufões, chuvas torrenciais e maré astronómica, ocorrem inevitavelmente situações de intrusão da água do mar e inundações na zona do Porto Interior, transformando as ruas em rios, o que paralisa o trânsito, causa prejuízos materiais e influencia gravemente as deslocações, o negócio e a vida dos residentes. Antes do retorno à Pátria, o governo português “não queria saber do problema”, e os residentes apenas podiam aguentar. Após o retorno à Pátria, tendo em conta o desenvolvimento da economia, a riqueza do Governo e as novas tecnologias, muitos residentes pensavam que o Governo ia com determinação tomar decisões para resolver de forma rápida o problema das inundações do Porto Interior, em prol da população. Mas, afinal, até ao momento, tudo não passa de um “sonho de estudos”. Os dirigentes dos serviços responsáveis pela resolução dos problemas das inundações devem dizer aos residentes quanto tempo é que ainda falta para efectuar os estudos relativos aos planos a médio e longo prazo e quando é que o “sonho” pode ser concretizado. Os dirigentes vão fazer isso?

De facto, o tratamento das inundações na zona do Porto Interior tem sido alvo de estudo nestes 15 anos. Chegámos ao terceiro Governo, o assunto continuou em agenda e ainda está neste momento em fase de estudo: em 2010, um relatório do IACM fez referência a um estudo para um plano de tratamento das inundações;

em 2011, o Governo criou um “grupo de trabalho para estudo do controlo das inundações”; a partir de 2011, as LAG para a área da Administração e Justiça, divulgadas anualmente, falavam sempre da realização de estudos para tratar das inundações; nas referidas Linhas para o ano de 2012, referiu-se que as obras iam ter início até finais de 2012 e terminavam em 2014; no começo de 2012, o referido grupo encarregou uma unidade de iniciar um estudo sobre um plano de controlo das inundações; em Maio, os órgãos de comunicação efectuaram uma cobertura sob título “planeamento da zona do Porto Interior: tratar das inundações e revitalizar a zona em questão”, citando que os dirigentes tinham dito que não se devia apenas colocar o foco nas inundações, quanto ao seu tratamento, nem olhar o problema só sob o prisma da engenharia, pois era necessário planear e definir soluções de curto, médio e longo prazo para tratar do assunto; em Julho, após a passagem do tufão “Vicente”, os dirigentes do IACM, face à indignação da sociedade por causa das inundações na zona do Porto Interior, disseram que, quanto ao plano de controlo das inundações, já tinham enviado a matéria para a DSSOPT e estavam à espera da respectiva decisão. Quanto às obras de prevenção das cheias, iam ser construídas instalações para a recolha das águas pluviais, câmaras com bombas de água, separadores e bocas de escoamento em sistema fechado. Relativamente às obras de escavação do lodo e de drenagem, o objectivo essencial é a elevação de barreiras contra cheias. Pensava-se que, após a conclusão das obras, as inundações em geral ficavam resolvidas, mas durante o estudo era necessário consultar constantemente as associações, entre outras organizações e, em 2012, o IACM não conseguiu iniciar as obras previstas; em 2013, durante o debate das LAG, os dirigentes das Obras Públicas assumiram a mesma atitude, sendo que as afirmações estavam sempre em torno dos estudos. Quanto aos resultados dos estudos a curto prazo, as respostas são basicamente idênticas às do IACM, mas adiantaram que as obras provisórias de prevenção de inundações poderão resistir a grandes chuvas durante 24 horas, que eventualmente possam surgir nos próximos 5 anos, e que uma hora de escoamento de chuvas não irá desencadear qualquer catástrofe.

Segundo as notícias veiculadas no dia 1 deste mês, a DSSOPT e a DSAT apresentaram às associações um projecto de curto prazo para as inundações da zona do Porto Interior. Com efeito, cabe à DSSOPT presidir às obras provisórias para prevenir as inundações. Em 2013, estas obras só chegaram até aos cais 26 e 28; em 2014, apesar de as obras continuarem e de o tufão “*Kalmaegi*” só ter passado lateralmente por Macau, a maré encheu o Porto Interior, sendo a Avenida de Almeida Ribeiro a zona mais afectada, e a vida dos residentes e comerciantes sofreu imensas perturbações, pois os moradores não sabiam como agir. Quanto à obra das redes de drenagem, esta já é da responsabilidade do IACM. Logo que todas estas obras estejam concluídas, já vamos saber quais os seus efeitos para aguentar as chuvas fortes e tempestades.

Entre 2010 e Maio deste ano, o projecto para o controlo das inundações foi dividido em três (curto, médio e longo prazo) e as análises nunca mais acabaram; o projecto de curto prazo foi também dividido em dois; quanto aos restantes, de médio e longo prazo, os dirigentes dos serviços competentes alegaram, em 2012,

que a sua concretização tinha de ser conjugada com a construção da 2.^a fase do metro ligeiro, o reordenamento das zonas antigas e a diversificação das indústrias, mas isso não passou de análises efectuadas. Agora, os tais projectos acabaram por ser entregues a instituições de ensino superior do Interior da China para mais uma análise. A obra do metro ligeiro já começou há catorze anos, mas não se vê o início da sua 1.^a fase na Península e muito menos a sua 2.^a fase. As leis relativas ao reordenamento das zonas antigas ainda não foram feitas, a diversificação das indústrias continua a arrastar-se, e os compromissos e estudos não dão resultados, tal como um cheque “careca”. As obras para prevenir as inundações têm implicações na vida da população, os residentes não querem que os serviços competentes só façam análises e também não querem que haja problemas.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 17.12.2014

No mês passado, o Chefe do Executivo fez uma apresentação sobre o balanço do trabalho do Governo referente ao ano económico de 2014, na qual, o reforço da promoção da diversificação económica é o ponto essencial da acção governativa do Governo da RAEM. Nestes últimos anos, um dos sectores promovidos como foco, o sector cultural e criativo, obteve grandes apoios por parte do Governo. As autoridades têm lançado uma série de medidas para promover, de forma activa, o desenvolvimento deste sector, mas ainda há insuficiências nos apoios atribuídos. As autoridades lançaram o “Programa de Subsídios para as Indústrias Culturais e Criativas”, mas é lamentável que este não tenha conseguido surtir os efeitos desejados, nomeadamente, houve vários casos em que as unidades culturais e criativas não conseguiram suportar as rendas elevadas e viram-se obrigadas a encerrar as suas portas. Espera-se que o Governo possa lançar medidas de apoio mais adequadas, no sentido de ajudar o sector em causa a encontrar espaços de sobrevivência e de desenvolvimento.

Neste momento, as rendas de Macau são elevadas, o que é uma dificuldade para as instituições culturais e criativas. Segundo os operadores do sector, é cada vez mais difícil a sua exploração e há falta de locais para exposições. Na fase inicial, os operadores têm de enfrentar muitas dificuldades. Mesmo que se disponibilize um montante de 200 milhões do Fundo das Indústrias Culturais, é difícil suportar as rendas que estão gradualmente a aumentar. Muitos artistas já foram obrigados a mudar-se para edifícios industriais.

A promoção das indústrias culturais e criativas exige uma plataforma para o seu desenvolvimento, e muitos países e regiões dão grande importância a este aspecto. Em Hong Kong, adoptou-se o modelo de cooperação em parceria, para essas indústrias poderem ser desenvolvidas a baixo custo. Recentemente, o Governo de Hong Kong revitalizou e transformou os *Former Hollywood Road Police Married Quarters* num centro de indústrias criativas, com mais de uma centena de estúdios criativos, oferecendo rendas com 50% de desconto, o que atraiu a adesão de muitos artistas para a venda das suas obras. Aquele centro entrou em funcionamento no passado mês de Abril, e conseguiu transformar-se num importante local de criatividade artística da Ásia.

Paralelamente, em Macau, não existem plataformas de criatividade e de venda para as referidas indústrias, e assim o Governo deve assumir um papel predominante a esse respeito e aprender com as experiências de sucesso das regiões vizinhas, revitalizar edifícios antigos para o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, prestar apoio técnico e financeiro, e assegurar o desenvolvimento do sector, bem como aumentar os locais de venda de produtos culturais e criativos destinados a turistas, no sentido de apoiar o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas locais, criar uma marca cultural e criativa da cidade, e aumentar a sua visibilidade e os elementos turísticos.

O mercado de Macau é pequeno, o desenvolvimento das referidas indústrias não deve depender de uma só pessoa. No balanço das acções governativas o Governo afirma que ia acelerar a diversificação adequada da economia, coadunar com as políticas e injectar mais recursos. Tendo em vista a Cooperação entre Guangdong e Macau e a criação do Parque de Indústrias Culturais e Criativas em Henqin, o Governo deve através da cooperação com a China promover o desenvolvimento das referidas indústrias em Macau e reforçar a troca de intercâmbio a nível regional, bem como através das próprias vantagens aumentar a visibilidade dos respectivos produtos, a fim de criar uma maior plataforma de criatividade.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 17.12.2014

Apelar à Administração para acelerar a concretização do princípio da renovação urbana

Há 10 anos, o Governo avançou com a concepção do reordenamento dos bairros antigos, por isso, foi criado o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos, para determinar a ideia do reordenamento, primeiro, através da produção da lei nesta área. Mas, durante a apreciação, na Assembleia Legislativa (AL), do “Regime Jurídico do Reordenamento dos Bairros Antigos”, este foi retirado pelo Governo, que depois referiu que o regime ia ser regulado em diversos diplomas, só que agora não há nenhuma notícia sobre o assunto. Ao longo do ano, vários deputados perguntaram sobre o regime, mas o Governo não deu uma calendarização clara do seu desenvolvimento. A atitude dilatória e de fuga do Governo transmite aos cidadãos uma má imagem.

Durante o debate das LAG do ano passado, o Chefe do Executivo, na sua resposta, referiu que os terrenos da Zona A dos novos aterros iam ser reservados para a finalidade de permuta e que o Governo ia tomar a iniciativa de impulsionar a reconstrução dos bairros antigos; em Agosto deste ano, o Chefe do Executivo anunciou os princípios de governação e planos para os próximos cinco anos, esclarecendo que o Governo do próximo mandato ia *“fomentar o reordenamento dos bairros antigos orientado pelo princípio da renovação urbana”*. Todavia, até à data, passado um ano, que trabalhos sobre o respectivo reordenamento foram efectuados? O reordenamento dos bairros antigos, apesar de ter despertado grande atenção por parte de todos os sectores e do Chefe do Executivo, e de toda a sociedade ter conjugado esforços para atingir o objectivo, passados 10 anos, ainda carece de ideias concretas e não pode ser posto em prática. A meu ver, mesmo que os serviços competentes aleguem 10 mil razões, é difícil esclarecer o público sobre a matéria!

Para o princípio da “renovação urbana” deve-se, em primeiro lugar, renovar as leis, contudo, deve-se também iniciar outros trabalhos, em especial, o plano de alteração da zona A dos novos aterros e a renovação urbana, referidos pelo Chefe do Executivo. Os serviços competentes devem clarificar, com brevidade, os métodos de permuta dos terrenos e o seu tamanho, e se terá de ser criado um serviço público para a promoção da reconstrução das zonas, como existe em Hong Kong. Quanto aos novos planos de construção da zona A, os serviços competentes devem ter um planeamento geral para tal. Se os serviços competentes não começarem com brevidade os referidos trabalhos de concepção, planos e consultas, daqui a 3 ou 5 anos, ainda está por implementar o plano do princípio da “renovação urbana”.

Recentemente, o próximo Secretário para as Obras Públicas e Transportes, Eng.º Raimundo do Rosário, referiu que vai dar prioridade às questões relacionadas com o trânsito e a habitação. Podemos dizer que são estas as

solicitações mais prementes da população e que o próximo Secretário sabe perfeitamente qual a sua missão para os próximos 5 anos. Mas como existe uma grande escassez de recursos de solos em Macau, será impossível não relacionar a questão da habitação com a reconstrução dos bairros antigos e a renovação urbana.

Pelo exposto, apelo ao Governo que dê também prioridade aos trabalhos do princípio da “renovação urbana” e se preocupe com as questões que mais inquietam a população, divulgando, com a maior brevidade, os planos de pormenor e a sua calendarização.

IAOD da Deputada Lei Cheng Yi em 17.12.2014

Desde longa data, os trabalhadores não residentes (TNR) retiram postos de trabalho aos locais e deflacionam os salários. Os serviços competentes não implementaram medidas para salvaguardar os direitos laborais dos trabalhadores locais. Como exemplo, podemos citar o sector da construção civil: nos últimos 2 anos houve muitas construções, por isso, houve necessidade de muita mão-de-obra, mas o salário dos trabalhadores deste sector não aumentou, apesar da escassez de mão-de-obra. Agora, no 4.º trimestre deste ano, o salário médio deste sector é de 13 mil patacas e, em 2008, era de 10 mil patacas. Comparando estes dois valores podemos concluir que o aumento não é muito.

Nos últimos anos, em Hong Kong, também se registou um grande número de construções e, perante a escassez de mão-de-obra, em Novembro do ano passado, os trabalhadores dos vários postos de trabalho relacionados com a construção civil recebiam um salário diário de, pelo menos, 1000 Hong Kong dólares e os postos de trabalho relacionados com o cimento atingiam os 2000 Hong Kong dólares. Em Macau, também deparamos com escassez de mão-de-obra no sector da construção civil, mas como o número de TNR em Macau aumenta em flecha, isso afecta a relação entre a oferta e a procura de recursos humanos, diminuindo assim o poder de negociação do salário dos trabalhadores locais. No passado, os não residentes que trabalhavam na construção civil eram apenas vários milhares, mas até Outubro do corrente ano registavam-se 42 667 trabalhadores, isto é, 76% dos trabalhadores deste sector. As empresas de construção civil oferecem actualmente 11 700 patacas para contratar pessoal com 5 anos de experiência para as áreas de armador de ferro, soldador e postos de trabalho para a instalação de objectos de ferro e alumínio, o que exige muita técnica e experiência e é um trabalho árduo. Como é que se consegue contratar trabalhadores locais com este salário desindexado da realidade dos valores do mercado? É normal que muitas pessoas questionem constantemente, quando as empresas anunciam que desejam contratar locais para os postos de trabalho, pois estas estão apenas a cumprir certos procedimentos, com vista a obedecer a critérios para a contratação de TNR. Mais, mesmo que um trabalhador local seja contratado, será despedido logo que for contratado um TNR para o mesmo trabalho, fazendo com que os locais se transformem em substitutos dos TNR.

Em Macau, existe discriminação etária no recrutamento e, apesar de todos os sectores gritarem que há falta de mão-de-obra, os residentes de meia-idade saudáveis continuam a não ser aceites. Uma residente disse ser recusada com frequência no pedido de emprego, devido à sua idade. Embora no recrutamento não se exija a idade, quando os patrões sabem que ela tem mais de 50 anos, expressam-lhe claramente que não a vão contratar ou não lhe dão resposta. Esta questionou-se: se em Macau faltasse verdadeiramente mão-de-obra, os residentes de meia-idade saudáveis não deviam sofrer discriminação etária. É pena que o Governo continue a permitir a importação de mão-de-obra e que, no

momento actual de prosperidade económica, estes residentes encontrem ainda grandes dificuldades no acesso ao emprego, sendo até excluídos.

O Governo salienta sempre que os trabalhadores importados só suprem a insuficiência dos recursos humanos locais, mas pena é que nunca assuma as devidas responsabilidades pela fiscalização e gestão, daí os trabalhadores locais se tornarem em vítimas desta política. O novo mandato do Governo vai iniciar-se em breve. Apelo aqui aos novos dirigentes para assumirem a responsabilidade de adoptar medidas eficazes para colmatar as lacunas que existem nesta política, darem respostas rápidas a queixas ligadas ao recrutamento de residentes por empresas, com o devido acompanhamento para evitar que o recrutamento não passe de um processo que se aproveita para alegar a produção de documentos legais para a importação de mão-de-obra e para prejudicar os interesses e direito ao emprego dos trabalhadores locais.

IAOD da Deputada Kwan Tsui Hang em 17.12.2014

Os cidadãos queixam-se muito dos preços elevados dos bens de consumo, nomeadamente, dos produtos frescos e vivos e dos legumes, que são mais caros do que em Zhuhai e Hong Kong. Embora haja diversas razões que geram a diferença de preços entre Macau e Zhuhai, a eliminação do monopólio, o alargamento dos canais de importação, o aumento da quantidade de produtos importados e a introdução de concorrência para reduzir os preços dos produtos são ainda as fortes aspirações da sociedade.

Ao nível do abastecimento dos produtos frescos e vivos, em 2002, a China Continental eliminou a concessão de quotas e a designação de agentes. Se as quintas estiverem registadas junto dos serviços competentes, e sujeitas à fiscalização dos serviços de inspecção locais, já podem exportar esses produtos para Hong Kong e Macau. Segundo consta, existem mais de 200 quintas na China Continental que reúnem as condições exigidas para abastecerem Hong Kong e Macau com os seus produtos, mas só algumas dezenas destas é que o fazem.

Ao nível do retalho, em 2002, o IACM proibiu a venda a retalho dos vendilhões de legumes ao redor dos mercados. Para além da venda de legumes em mercados, também é permitida a sua venda em estabelecimentos comerciais, desde que obtenham a autorização do IACM para o efeito. Portanto, nestes últimos tempos, é permitida a venda a retalho de legumes nos supermercados de grande dimensão e em lojas pequenas.

Quanto à inspecção na importação, actualmente, é permitida a importação de produtos alimentares frescos e vivos, quer do Interior da China quer do exterior, desde que obedeçam aos padrões higiénico-sanitários. Mas, segundo a legislação, a inspecção sanitária e a venda por grosso de produtos alimentares frescos e vivos, nomeadamente, de legumes, aves, ovos e produtos derivados, etc., devem ser obrigatoriamente efectuadas no mercado abastecedor. Mas o único mercado abastecedor que existe em Macau não permite a “entrada” de novos operadores, o que origina uma situação de monopólio, verificando-se discrepâncias na qualidade de muitos produtos vendidos por grosso, situações de “falta de clareza nos critérios de medição” e de “inexactidão de peso”. Os serviços responsáveis não têm capacidade para efectuar fiscalização e nunca tomaram a iniciativa de acompanhar e resolver a questão.

Tendo em conta a elevada atenção da nossa sociedade sobre o mercado abastecedor, o IACM limitou-se a aproveitar a construção do novo mercado abastecedor para aumentar o número de bancas para o dobro e introduzir um mecanismo de “entrada” temporária nesse mercado, para os novos operadores poderem participar temporariamente na actividade de venda por grosso, de forma a dar resposta à sociedade. Mas as obras do novo mercado foram várias vezes adiadas, ou seja, eram para estar concluídas no 1.º semestre de 2015, mas ainda não arrancaram! Trata-se mesmo de uma desilusão!

Segurança, estabilidade e preço razoável são princípios básicos da política de abastecimento de produtos frescos e vivos. Face ao aumento significativo das fontes de abastecimento daqueles produtos do Interior da China, o Governo deve efectuar estudos sobre os respectivos sistemas e mecanismos de abastecimento dos produtos frescos e vivos adoptados no Interior da China, nomeadamente, legumes, frutas, porco, vaca, aves, etc. exportados para Macau; deve ainda, para além de avaliar e estudar novamente os prováveis riscos para a segurança alimentar, reduzir as fases intermediárias e otimizar os procedimentos desde o fornecimento até à venda; deve ainda aperfeiçoar os mecanismos de fiscalização e penalização, tudo para a salvaguarda de preços razoáveis dos produtos alimentares importados e reduzir os encargos dos residentes.

IAOD do Deputado Leong Veng Chai em 17.12.2014

“Sobre o apoio prestado pelo Governo aos portadores de graves deficiências e de deficiência mental”

Com o Natal a chegar, a cidade está cheia de alegria, mas nesta altura festiva não podemos esquecer que uma parte dos residentes continua a ser marginalizada e se encontra em apuros. Recentemente, visitei algumas famílias pobres. Numa família monoparental, a mãe assume toda a responsabilidade de cuidar da filha, portadora de epilepsia e distrofia muscular, e, como a cuidadora não tem disponibilidade para trabalhar, recebe apoio financeiro. Apesar de a interessada querer socorrer-se dos seus próprios esforços, não consegue. Se existisse um lar destinado à prestação de cuidados a este tipo de doentes, isso ia contribuir para atenuar a pressão dos cuidadores envolvidos e permitir-lhes reintegrar a força laboral. Mas a realidade é que o Governo da RAEM ignora os portadores de deficiência mental, e estes, à semelhança dos portadores de deficiência física, estão a ser marginalizados.

Sem dúvida alguma, os portadores de grave deficiência física ou mental precisam de muitos cuidados dos seus familiares, não conseguem cuidar de si próprios e têm doenças degenerativas mais cedo do que as outras pessoas, portanto, surge nas suas famílias o problema do envelhecimento, quer dos filhos deficientes quer dos pais. Na falta de apoio do Governo, os pais com idade avançada sofrem pressões e sentem-se incompetentes na prestação de cuidados aos filhos. Especialmente, se não conseguirem tratar de si próprios, como é que vão tomar conta dos filhos deficientes? Ao longo de muitos anos, o Governo nada fez em relação à construção de novos lares para deficientes. Segundo dados estatísticos, registam-se mais de 200 famílias cujos deficientes têm mais de 40 anos e os pais, mais de 65 anos, tratando-se de um problema de “duplo envelhecimento”, só que há apenas um pouco mais de 400 camas, uma oferta limitada. O Governo anunciou que ia construir em Seak Pai Van um lar para deficientes mentais, com a oferta de 118 lugares, e previu que a obra ia acabar no 1.º semestre de 2015, mas, considerando as anteriores práticas do Governo, não sabemos se essa obra pode ficar concluída no prazo previsto.

Além da falta de lares de acolhimento, há também uma enorme insuficiência de apoios financeiros do Governo para os deficientes. Apesar de o nível de risco social ter sido elevado para 3920 patacas, não se tem ouvido falar de qualquer reajustamento dos apoios atribuídos, por exemplo, a pensão de velhice e o subsídio de invalidez do regime de segurança social, assim como outros montantes das medidas de apoio pecuniário. Esses apoios têm-se mantido nos níveis de há seis meses a um ano. No entanto, os apoios financeiros têm apenas uma função complementar, e a medida mais eficaz seria prestar o apoio à auto-subsistência dos próprios deficientes. Como o Governo raramente encoraja as empresas a oferecer postos de trabalho aos deficientes, estes apenas podem depender de subsídios de montante reduzido para resolverem as suas

necessidades urgentes. Assim, espero que a nova equipa do Governo se preocupe mais com os grupos fragilizados da sociedade, para corresponderem à política de bem servir a população.

IAOD do Deputado Ng Kuok Cheong em 17.12.2014

É um facto incontestável que o Governo Central tem o poder de decidir sobre o rumo da reforma política da RAEM, só que a responsabilidade pela activação da primeira das 5 etapas da reforma política, ou seja, a apresentação de um relatório ao Comité Permanente da APN (Assembleia Popular Nacional), recaiu sobre o Chefe do Executivo. A falta de confiança e a atitude evasiva e ambígua por este demonstradas levaram-me, por uma questão de obrigação, a apresentar uma proposta de debate para preparar, quanto antes, a activação da reforma política, mas, lamentavelmente, devido ao ambiente conservador que pairava neste Hemiciclo, a proposta acabou por ser vetada - 27 votos contra e 3 a favor - e não teve assim prosseguimento.

Em 2012, activou a RAEM, e pela primeira vez, as 5 etapas da reforma, tendo o Comité Permanente da APN decidido que em 2014 o Chefe do Executivo seria escolhido por uma Comissão Eleitoral, explicando claramente que, após esse ano, podia o Chefe do Executivo, face às circunstâncias reais da RAEM, ser ainda eleito, segundo a Lei Básica, por sufrágio universal. Por isso, declarei então publicamente, nesta Câmara, que era compreensível que a eleição universal não fosse aplicada na escolha do Chefe do Executivo em 2014, pois em Hong Kong só se aplicaria a partir de 2017, mas havia que dar continuidade aos trabalhos da reforma política, sem os deixar a marcar passo.

O Chefe do Executivo, escolhido por um pequeno círculo de pessoas, na sua grande maioria não eleitas por sufrágio directo, queria aprovar, por força e contra a opinião pública, a proposta de lei sobre as garantias para o Chefe do Executivo e os titulares dos principais cargos, o que gerou uma grande insatisfação por parte do público quanto à ambição por dinheiro dos governantes. Apesar de ter votado contra, a proposta de lei acabou por ser aprovada e tive de apresentar uma proposta no sentido de a submeter a uma consulta pública, mas foi também vetada. Em Maio do corrente ano, foi sob o protesto dos 20 mil residentes que saíram à rua e sob o cerco à Assembleia Legislativa feito por um grupo de 7 mil residentes, que a proposta de lei acabou por ser retirada. Este é o exemplo típico da falha dum sistema representativo pouco democrático, que tem de ser suprido por movimentação pública directa. A população de Macau soube sempre manter a calma. Após a activação em 2012 da reforma política, o sistema representativo continuou a mostrar-se notoriamente ineficaz, obrigando a população a recorrer directamente de movimentações para salvar a situação, ficando assim mais que objectivamente provado que o sistema político ainda não atingiu a democraticidade desejada, nem se articulou eficazmente com o regime de representatividade. Se o sistema político não progredir, contínua e atempadamente, a estabilidade sociopolítica não sai beneficiada.

Por exemplo, todas as pessoas sabem que a RAEM concede terrenos a preços de saldo. Desde longa data, a Lei de Terras estipula que os terrenos devem ser concedidos através de concurso público e, no actual regime, só o

dirigente máximo do Governo é que tem a competência de dispensar a realização desse concurso. Após a criação da RAEM, foram concedidos mais de 300 terrenos, com apenas 3 através de concurso público, pelo que 99% das concessões de terrenos foram autorizadas pelo Chefe do Executivo, alegando “fundamentos especiais” para a dispensa do concurso público e concedendo terrenos a preços de saldo a determinados promotores, isto é, as pessoas que estão no poder utilizam as suas competências para aplicar o clientelismo. De facto, os terrenos são concedidos, por regra, por concurso público, e só o dirigente máximo do Governo tem competência para o dispensar, a título excepcional. Esta prática não é única da RAEM, pois também é comum noutros locais. Porém, em locais onde o dirigente máximo do Governo é eleito por sufrágio directo, este tem muito cuidado quando aplica esta competência, por isso é claro que, se o Chefe do Executivo fosse eleito por sufrágio directo pelos residentes permanentes de Macau, também teria muito cuidado ao aplicar esta medida. Assim, vendo esta questão do lado oposto, como o Chefe do Executivo é eleito apenas por um pequeno grupo de pessoas, para fortalecer o seu poder de governação, este terá de conceder os terrenos a preços de saldo ao referido pequeno grupo de pessoas ilustres. Após conseguir estes terrenos a preços de saldo, essas pessoas ilustres lucram com a construção de hotéis e apartamentos de luxo, mas algumas atrasam o desenvolvimento dos terrenos, não os aproveitando. Apelo mais uma vez ao Governo da RAEM para reaver os terrenos não aproveitados. O Governo da RAEM referiu que, desde 2009, está a reaver com afinco os terrenos não aproveitados e que, desde então, existem 48 em que se confirma que a responsabilidade é dos promotores que não os aproveitaram, mas porque as pessoas ilustres têm poderes especiais, estes terrenos não podem ser reavidos e, desde então, há 5 anos que não se recupera nenhum terreno! O Governo está sempre a favorecer este pequeno grupo de pessoas ilustres e nunca teve a coragem de divulgar as informações dos 48 terrenos não aproveitados! Assim, de entre muitos terrenos não aproveitados, apenas foram seleccionados 48. Se será justo ou não, ninguém consegue fiscalizar. Mesmo que nestes 48 casos se consiga, efectivamente, apontar as responsabilidades aos respectivos promotores, não se consegue calcular a sua responsabilidade social, porque as coisas são feitas “à porta fechada”.

A força do grupo de interesses adquiridos de Macau é enorme e as individualidades pró-governamentais são até demasiado conservadoras, pois insistem na manutenção dos poderes adquiridos. Apresentei a proposta de debate sobre a implementação da reforma do regime político, que foi chumbada, contando com 3 votos a favor e 27, contra. Não vou considerar como antidemocráticos os colegas Deputados que votaram contra. A maioria dos Deputados que votou contra tinha medo de causar controvérsias e instabilidade. Ao ver o Chefe do Executivo a dar respostas ambíguas, e sem o apoio do Governo Central, ter medo de causar controvérsias e instabilidade é uma tendência natural das individualidades conservadoras que têm poderes adquiridos.

Esta realidade política conservadora pró-Governo de Macau, de facto, tem vantagens, mas também defeitos. O defeito é constituir-se como barreira ao

desenvolvimento, fazendo com que a RAEM perca o *timing* para a reforma gradual, e com que as individualidades pró-governamentais não consigam treinar a sua capacidade de governação, por estarem escondidas no círculo restrito de poderes, o que vai causar instabilidade e perigo para o nosso futuro. Por seu turno, a realidade conservadora pró-Governo de Macau consegue garantir que, mesmo que se avance com a reforma política ou se concretize a eleição do Chefe do Executivo por sufrágio universal, não vai haver descontrolo, nem ameaças para a segurança do Estado.

Numa região conservadora e controlável, permitir, ou não, o desenvolvimento gradual da democracia ou continuar a não permitir o avanço da reforma política também reflecte objectivamente a opção real do líder do Estado.

Espero que, quanto à implementação da reforma política, o Chefe do Executivo possa obter o apoio do líder do Estado, para ter confiança na assunção de responsabilidades e implementar a reforma política, tendo em conta a situação real da RAEM, devendo preparar-se, quanto antes, para a entrega do relatório ao Comité Permanente da APN em 2015. Sugiro que, para implementar a reforma política, se deve permitir aos residentes permanentes que gozem do direito de participar na eleição para o Chefe do Executivo em 2019, bem como ajustar, quanto antes, os assentos da Assembleia Legislativa, devendo os de sufrágio directo ultrapassar metade do total.

IAOD do Deputado Au Kam San em 17.12.2014

Aumento da construção de habitação económica e revisão da Lei da Habitação Económica

O preço da habitação privada está elevadíssimo e muitos dos residentes, nomeadamente os trabalhadores por conta de outrem, não são capazes de a adquirir, por isso, só podem contar com as habitações económicas. Como a sua oferta é bastante insuficiente, e existem falhas na Lei da Habitação Económica, tudo isto não responde às necessidades da população.

No fim do passado mês de Março, acabaram as inscrições para o concurso das fracções económicas com mais de um quarto, o primeiro depois da sua suspensão há oito anos. Já se calculava que ia haver muitos interessados, mas o Governo só disponibilizou 1900 fracções para o concurso e, afinal, foram recebidos cerca de 42 000 impressos para o efeito. O número de interessados é 21 vezes maior do que o número das fracções e a compra das mesmas equivale a ganhar o *Mark Six*, isto é, só com muita sorte. Entretanto, se respeitarmos a regra actual e o interessado for excluído da lista sempre que não conseguir casa, pode haver quem nunca consiga uma fracção na sua vida inteira, mesmo que requeira dez ou vinte vezes. Como os candidatos individuais estão sempre no último lugar da lista, iguais aos agregados familiares não nucleares, só podem acompanhar os outros candidatos na candidatura, mas nunca vão conseguir casa, nem sequer a oportunidade de tirar uma no sorteio. Na Lei da Habitação Económica, está previsto um modo de candidatura totalmente absurdo. Eu já recorri a todos meios possíveis para despertar a consideração dos residentes sobre o problema. Agora, os residentes estão a sofrer as respectivas consequências negativas e a perceber que o cancelamento do sistema de marcação de pontos para implementar um sorteio de distribuição das fracções não passa de um meio do Governo para enganar as pessoas. Face a isto, os residentes estão extremamente insatisfeitos.

Perante as fortes exigências da população, o Governo prometeu rever a Lei da Habitação Económica, mas pôs de lado o pedido de retomar o método de pontuação dos candidatos na respectiva lista de espera, considerando-o como uma revisão da política de habitação de longo prazo, e a curto prazo só vai introduzir pequenas alterações, por exemplo, disponibilizar uma proporção igual de fracções aos grupos de agregados familiares nucleares, agregados familiares não nucleares e candidatos individuais. Porém, se não for aumentado o número total de oferta, isto é só um truque para enganar as pessoas. Para além disso, pretende também alterar a forma de, primeiro, verificação e, depois, sorteio, para “primeiro sorteio e só depois verificação”. Só se pode dizer que perante os 42 mil formulários de candidatura, as autoridades têm preguiça de proceder à verificação, portanto, só depois do sorteio é que a fazem, tratando-se de uma situação de “alegria” para as autoridades mas de “surpresa” para a população. As autoridades ficam com o volume de trabalho reduzido, mas os candidatos, talvez depois de se

candidatarem 8 a 10 vezes, felizmente, são seleccionados pelo sorteio, mas, no fim, recebem a informação de que não foram qualificados. Não ficarão em estado de esquizofrenia, assim?

Este tipo de revisão ligeira não é uma solução viável. Entendemos que o fundamental é retomar o regime de pontuação de candidatura, após a divisão por grupos. Só assim, ou seja, ao retomar-se novamente o regime de pontuação, mesmo que num dos momentos não seja atribuída uma habitação ao candidato, é que este pode, pelo menos, planear a sua vida de acordo com a ordem de candidatura, sem precisar de andar preocupado.

A Lei da Habitação Económica vigente determina a impossibilidade de candidatura a habitação económica ou social, extensiva ao cônjuge, àqueles que, quando eram pequenos, os pais compraram uma habitação económica ou usufruíram da bonificação de juros a 4% na aquisição de habitação privada. É uma norma desumana. De facto, as casas de Macau apenas são adequadas para um agregado familiar nuclear. É certo que as pessoas vivem com os seus pais quando são pequenas, e um agregado familiar nuclear é composto por pais e filhos. Mas, à medida que os filhos crescem, têm de constituir família, ou seja, um outro agregado familiar nuclear, e poderão perder a oportunidade de comprar uma habitação económica ou o acesso a uma habitação social, uma vez que tenham sido membros de um agregado familiar. A longevidade média da população de Macau é de mais de 80 anos e, quando os filhos crescem e têm de constituir família, os pais terão, no mínimo, mais 30 a 40 anos de vida, o que significa que dois ou mais agregados familiares nucleares terão de viver numa casa que só é adequada para um agregado familiar. A falta de espaço para viver poderá levar ao aparecimento de conflitos familiares e à diminuição da qualidade de vida. Esta norma tem por base uma razão desumana, por isso, trata-se de uma matéria importante da Lei da Habitação Económica a ser alvo de revisão. Na nossa opinião, mesmo que os candidatos, em pequenos, tenham pertencido a um agregado familiar que comprou uma habitação económica ou usufruiu da bonificação de juros a 4%, quando atingem os 18 anos, devem ser automaticamente desvinculados do seu agregado e reunir condições para candidatar-se a habitação económica ou social. Isto é que corresponde à realidade social e ao espírito humano.

O ressarcimento do regime de espera e de pontuação poderá, ou não, levar o Governo a ficar sem terrenos para a construção de habitações e em consequência obstar a continuidade dos trabalhos? É incrível que o Governo venha dizer que não tem terrenos para construir habitações. Nos últimos anos, sobretudo no decurso da realização da promessa de construção das 19 mil habitações públicas, o Governo escudou-se na alegação de que “não é difícil construir habitações, mas é difícil procurar terrenos”. Ao gritar que não tinha terrenos suficientes, o Governo ignorou um facto: o Governo Central tinha-lhe dado, em 2009, autorização para efectuar aterros com uma área total de 350 hectares. Durante vários anos, o

Governo fez greve ao assunto e não conquistou terrenos ao mar para construir habitações públicas. Isto demonstra claramente que o Governo teria de facto terrenos, mas actuou dolosamente para não concretizar o plano de aterro e alegou o pretexto da inexistência de terrenos para recusar a construção de mais habitações económicas e sociais. Para além dos cinco novos aterros, existem ainda 48 terrenos desaproveitados, cujo processo de restituição tem sido arrastado dolosamente pelo Governo. Os terrenos situados na Avenida Wai Long, em frente do aeroporto, com uma área total de 80 mil metros quadrados, que envolveram corrupção, são já uma coisa que caiu no bolso do Governo e, desde que este esteja determinado em usá-los realmente, as habitações públicas que venham a ser construídas poderão satisfazer a procura verificada na sociedade, por isso, a falta de recursos de terrenos para a construção de habitações públicas é totalmente uma afirmação à toa!

Apelamos ao Governo para agir com determinação no uso dos recursos para construir uma quantidade suficiente de habitações económicas e sociais, rever a lei para efectuar o ressarcimento dos regimes de espera e de pontuação, eliminar diferentes restrições irracionais, definir um prazo de espera, para os candidatos elegíveis saberem claramente com o que contam, e responder realmente às solicitações sociais.

IAOD do Deputado Sio Chi Wai em 17.12.2014

O Governo lançou o plano do Metro Ligeiro há já 11 anos. A sociedade espera ver concluído quanto antes o Metro Ligeiro, visto que este serviço de qualidade vai facilitar as deslocações dos residentes. Mas, devido a razões diversas, as respectivas obras de construção não conseguiram desenvolver-se segundo o plano definido, registando-se atrasos, o que leva a crer que o funcionamento geral do Metro Ligeiro está ainda muito aquém das expectativas. O Metro Ligeiro é uma parte integrante importante do sistema de transporte público de uma cidade, com vantagens de pontualidade e transporte de grande quantidade de passageiros a longa distância, tratando-se de uma “artéria” para o trânsito. Em muitas cidades de países desenvolvidos, há sempre sistemas avançados de transportes ferroviários, cuja cobertura é abrangente. O Metro Ligeiro é, pois, um instrumento importante para o desenvolvimento de uma cidade.

Face ao rápido desenvolvimento socioeconómico de Macau, nos últimos anos, e ao brusco desenvolvimento económico impulsionado pelo sector do jogo, acredita-se que, no corrente ano, o número de turistas vai ultrapassar os 30 milhões do ano passado. Se aos 80 mil turistas por dia, acrescentarmos os residentes permanentes e os trabalhadores importados, podemos ver que a carga diária é muito elevada. O Governo está de forma contínua a ajustar a sua política de transportes públicos, aumentando a frequência e o número dos autocarros. Mas, face aos limitados recursos rodoviários e ao aumento contínuo do número de turistas, o ajustamento dessa política não é uma solução que consiga resolver o problema pela raiz, o que só vai causar mais cansaço.

A entrada em operação do Metro Ligeiro, o mais rápido possível, vai contribuir para resolver o caos verificado no trânsito, mas, desde a sua inscrição orçamental até ao início das obras em 2011, o andamento não tem corrido como se esperava e alguns residentes até questionaram ou se opuseram a alguns dos traçados. Evidentemente, para os traçados do Metro Ligeiro trazerem benefícios a longo prazo para o trânsito e poderem ser definidos com a maior brevidade possível, as autoridades não só têm de ouvir, de forma alargada, as opiniões dos residentes, mas também de ter em consideração a conjuntura global do desenvolvimento e equilibrar, através de diálogo e trabalhos de coordenação, os interesses dos diversos segmentos sociais, especialmente das partes directamente em jogo. Caso contrário, as obras vão-se arrastar no tempo, causando maiores aflições aos residentes, sem poderem resolver o problema do trânsito.

Com o rápido desenvolvimento económico e com a constante subida da taxa de inflação, os atrasos vão, pelo menos, fazer subir continuamente os custos das obras, conduzindo a uma situação de derrapagem financeira e a um esbanjamento desnecessário dos fundos públicos.

A construção do Metro Ligeiro visa elevar o nível de qualidade de vida dos residentes, bem como a eficiência nas deslocações, para os locais e para os

visitantes. A longo prazo, espera-se que contribua para baixar o grau de utilização de viaturas particulares e para atingir o objectivo de deslocação verde, com a materialização da primazia dos transportes públicos. Contudo, atrasos nas obras em nada contribuem para resolver o problema do trânsito, como ainda o afectam em parte.

Com os novos arranjos nos horários de funcionamento dos postos fronteiriços a vigorar a partir de amanhã, entra a cooperação regional numa nova era, sendo, portanto, cada vez mais estreitas as relações entre Guangdong e Macau e maior o fluxo de visitantes e trabalhadores para Macau. As autoridades têm que tomar uma decisão o mais rápido possível, em relação a como responder melhor às necessidades, em termos de transporte, desse grupo de pessoas, a fim de acelerar a conclusão da construção do Metro, o que não só vai contribuir para resolver o caótico problema do trânsito, mas também para evitar o seu agravamento.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 17.12.2014

O Secretário indigitado para os Assuntos Sociais e Cultura, Alexis Tam, afirmou, recentemente, que “os próximos cinco anos serão a era mais brilhante da saúde”, e que vai “proceder à construção do novo hospital das Ilhas e à reforma da saúde e, considerando que os médicos especialistas não são suficientes, a prioridade consiste no planeamento dos recursos humanos do novo hospital, ponderando o estudo da possibilidade de criar um instituto de formação de médicos especialistas”, a fim de dar resposta às exigências dos residentes no acesso à saúde. A Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Macau foi criada há um ano, e o seu director afirmou que esta “visa transformar-se num estabelecimento pioneiro do ensino e estudo das ciências biomédicas, de Macau ou até do Extremo Oriente, e planeia criar um centro de formação de medicina, com vista a formar médicos especialistas locais”. Estas intenções contribuirão para promover o desenvolvimento do sistema de saúde, e dar resposta às minhas exigências sobre o planeamento dos recursos humanos desta área, a criação de uma base de formação de médicos, a realização de estudos sobre a formação de pessoal de saúde e a concretização da formação de pessoal do futuro sistema de saúde, a fim de resolver os problemas do longo tempo de espera para o acesso a consultas de especialidade, e a insuficiência e baixa qualidade dos médicos especialistas.

A criação da referida base de formação poderá proporcionar uma boa plataforma para o pessoal de saúde local, para que possa obter uma formação sistematizada e compreender o seu rumo de desenvolvimento, e vai servir para complementar e fortalecer os especialistas das diversas áreas da saúde. Contribuirá ainda para elevar a precisão e a eficácia na realização de consultas, e diminuir a desconfiança da população em relação aos serviços médicos, a fim de aumentar o reconhecimento e a confiança do público no ensino e nas profissões desta área.

Por isso, para concretizar a ideia da construção do centro de formação de medicina em Macau e suprir a insuficiência de médicos especialistas, acho que as instituições do ensino superior devem aproveitar a ocasião para dialogar com os serviços competentes, e estes devem dar apoio para a formação dos médicos especialistas. Por outro lado, sugiro que a formação dos médicos deve ter em conta o regime de acreditação dos profissionais de saúde, que está a ser discutido no seio da sociedade, para resolver problemas de equivalência das habilitações. Assim, pode-se atrair os talentos da medicina que se encontram no exterior para virem trabalhar para Macau, com vista a suprir a insuficiência dos profissionais do sector. Eu acredito que esta sugestão pode reforçar o estatuto do médico em Macau e elevar a qualidade e tecnologia da medicina.

Finalmente, solicito ao Governo que crie condições para permitir que o

resultado do estudo efectuado pela Faculdade de Ciências da Saúde seja aplicado na prática e que a ajude a fazer um protocolo não só com outros países com tecnologia avançada, mas também com instituições médicas, tudo isto com vista a promover o desenvolvimento da medicina em Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 17.12.2014

O problema do fumo oleoso dos restaurantes tem afectado muitos residentes, especialmente, devido à prosperidade do sector da restauração, nos últimos anos. Neste momento, a fiscalização dos estabelecimentos de comida envolve serviços públicos de diferentes áreas, por isso a população não sabe onde deve reclamar. No passado, as autoridades não se interessavam por esse problema e justificavam a dificuldade na fiscalização com a falta de critérios para a medição do nível de fumo oleoso. Porém, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais (IACM), há uns anos, sugeriu que fosse adoptado como critério para a aplicação da lei o que está disposto no Decreto-Lei n.º 16/96/M e na resolução interna tomada em 2006 pelo Conselho de Administração do IACM. Assim, a sociedade questiona por que razão as autoridades continuam a não se preocupar com o problema dos fumos oleosos que tem afectado a população, justificando-se com a falta de fundamento para executar a lei, e não ligando às queixas apresentadas.

Além disso, recebi também um pedido de apoio, apresentado por um restaurante, porque este estabelecimento de comida requereu ao Fundo para a Protecção Ambiental e Conservação Energética um subsídio para aquisição de equipamentos amigos do ambiente, a fim de reduzir ao máximo o problema do fumo emitido. Porém, depois de o restaurante ter instalado o equipamento aprovado pela Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), os fiscais do IACM aplicaram-lhe, mesmo assim, uma multa, pelo facto de o restaurante não satisfazer as normas para fumo. No passado, interpelei também o Governo sobre esta questão mas, segundo a resposta que foi dada, não havia conflito na referida situação, porque os estabelecimentos de comida têm que cumprir simultaneamente “dois critérios”. Por outro lado, o Comissariado contra a Corrupção também emitiu um parecer sobre o mesmo assunto, afirmando que eram diferentes os critérios definidos por aqueles dois serviços para a emissão de fumos oleosos, e sugeriu uma uniformização dos mesmos, para que a população possa melhor cumprir a lei. Por isso, pode-se ver que, na aplicação da lei, é frequente a falta de diálogo entre os serviços, pelo facto de estes se preocuparem apenas com as respectivas áreas de governação, o que pode ser considerado como um prejuízo trazido por esta forma de governação que, para além de não resolver os problemas, prejudica ainda os interesses das diversas partes da sociedade.

Que se saiba, a DSPA iniciou em 2012 a 3.^a fase do plano de estudo sobre os critérios de emissão de fumo oleoso do sector da restauração e estratégias de fiscalização. Recentemente, os serviços competentes afirmaram que iam submeter a consulta pública, no 4.^o trimestre deste ano, a proposta do regime relativo aos referidos critérios e ao aperfeiçoamento do regime de fiscalização. Assim, apelo ao Governo para acelerar o ritmo da produção legislativa e definir, com base em dados científicos, critérios uniformes relativos à emissão de fumo oleoso, disponibilizar regras a obedecer face ao surgimento de questões de emissão desse fumo do sector da restauração e minimizar a conseqüente poluição

do ar, que afecta a vida da população.

Para além disto, referiu-se, no relatório das LAG para o ano de 2014, que as atribuições entre o IACM e o Instituto Cultural vão ser sujeitas a alterações, e vão ser efectuados ajustamentos nas atribuições do Instituto do Desporto e dos serviços da tutela das Obras Públicas e Transportes. Tal como referido, verifica-se uma sobreposição de funções entre o IACM e a DSPA na questão do fumo oleoso, e o mesmo tipo de sobreposição também se verifica nas matérias relativas a reciclagem e fiscalização de indústrias altamente poluidoras, por exemplo, recolha de resíduos, oficinas de reparação de veículos, sucatas, entre outras, por isso, espero que o novo Governo, após a tomada de posse, inicie o reajustamento das atribuições e da reestruturação, com vista a clarificar as competências e responsabilidades, aliviando o surgimento de situações de partilha do mesmo assunto entre diferentes serviços públicos.

IAOD da Deputada Chan Hong em 17.12.2014

Aperfeiçoamento das instalações dos diferentes postos fronteiriços, para acolherem os novos trabalhos de organização da passagem alfandegária

À medida do aprofundamento da cooperação entre Macau e Guangdong, intensifica-se o intercâmbio entre os dois locais. A partir do dia 18 deste mês, o funcionamento dos três postos fronteiriços terrestres entre Macau e Zhuhai vai ser sujeito a alterações, sendo que um vai passar a funcionar “durante 24 horas”, um tema abordado na sociedade de Macau e que vai ser concretizado. Antes da celebração do 15.º aniversário do estabelecimento da RAEM, a implementação de novas medidas para as passagens alfandegárias é um grande presente que o Governo Central oferece ao nosso Governo regional. Esta medida vai permitir uma verdadeira ligação, sem fissuras, entre Macau e o Delta do Rio das Pérolas, e vai contribuir para o desenvolvimento económico de Macau, melhorar a qualidade de vida da população e salvaguardar, a longo prazo, a estabilidade e a prosperidade.

A sociedade está muito atenta aos trabalhos de organização do trânsito nos diversos postos, sobretudo, quanto ao posto fronteiriço da Ponte Flor de Lótus, que irá funcionar durante 24 horas, pois não se sabe ao certo se poderá, ou não, vir a absorver eficazmente uma parte do fluxo de pessoas registado no posto fronteiriço de Gongbei. Há dias, os serviços competentes afirmaram, em resposta a uma interpelação de um deputado, que estão a aperfeiçoar as infra-estruturas dos três postos, aumentando 74 canais de passagem automática e 70 trabalhadores, com vista à articulação da concretização da referida nova política. Mas algumas individualidades do sector do turismo afirmaram que, atendendo às infra-estruturas de trânsito e aos custos, entre outros factores, os turistas ou as excursões não vão, a curto prazo, optar por entrar ou sair pelo posto fronteiriço da Flor de Lótus, por isso, os serviços competentes, para além de acelerar a construção de software e hardware do referido posto, precisam de melhorar os trabalhos de organização relativos aos autocarros e táxis que circulam à noite. Além disso, é necessário efectuar um intercâmbio intenso com o sector do turismo e definir políticas, para incentivar mais turistas ou excursões a aproveitarem o referido posto para a entrada e saída da região, aliviando a pressão assumida pelas Portas do Cerco. Agora, os transportes públicos na zona das Portas do Cerco e as infra-estruturas nos bairros circundantes já estão sobrecarregados, e o trânsito e a segurança pública vão sofrer uma pressão maior, quando for alargado o horário de funcionamento do posto. Apelo ao Governo para, no decurso do aperfeiçoamento das infra-estruturas de trânsito ligadas ao posto fronteiriço, efectuar um bom planeamento para as zonas da Ilha Verde e Portas do Cerco, com vista a resolver realmente as questões sociais que se têm vindo a acumular. O Governo deve ainda efectuar avaliações e balanços sobre a capacidade de assunção de pressão dos postos fronteiriços, eficiência da triagem e infra-estruturas em redor, com vista a aperfeiçoar a gestão.

As férias de Natal e o dia da fraternidade universal estão prestes a chegar. Os

serviços competentes devem reforçar os trabalhos de sensibilização nos bairros comunitários, e promover a cooperação entre polícias e cidadãos para o combate conjunto ao crime. Face aos novos desafios relativos à prevenção da criminalidade transfronteiriça praticada por jovens, os serviços competentes devem reforçar a cooperação e o intercâmbio com as escolas, com vista a efectuar melhor os trabalhos de prevenção.

IAOD do Deputado Lau Veng Seng em 17.12.2014

Nos últimos anos, a ecologia tem sido alvo da maior consideração mundial. Para ser agradável, a dimensão da zona verde de uma cidade, incluindo as plantas colocadas nos passeios e equipamentos municipais, tende a aumentar gradualmente. Para compreender o estado ambiental da cidade, as autoridades realizaram, sucessivamente, várias análises sobre matérias da ecologia, avaliações e planificações, e recolheram os dados necessários para o efeito. Segundo o Planeamento da Protecção Ambiental de Macau, o Governo vai empenhar-se em alargar a dimensão da zona verde para 45% da cidade, em 2020.

No entanto, tendo em conta o número avultado de turistas e as mudanças da estrutura da cidade e da densidade demográfica, certos equipamentos ecológicos necessitam de ser aperfeiçoados consoante a evolução das circunstâncias, e este aperfeiçoamento conta sempre com ideias inovadoras, tudo isto com vista à sua adaptação a circunstâncias concretas.

Considerando o aumento da área verde em Macau, as autoridades devem otimizar e aperfeiçoar a gestão de construções verdes, para além de promoverem a protecção ambiental, de modo a evitar que essas construções constituam eventuais perigos contra a segurança. Espero que as plantas possam crescer em condições mais favoráveis e assim se alcance o objectivo verde, e se melhore o ambiente verde de Macau. Sob uma perspectiva de longo prazo, para além de reforçar a fiscalização e instrução sobre trabalhos verdes e de elevar técnicas de construção de instalações verdes, quando as autoridades escolhem plantas, têm que ponderar as condições ambientais das diferentes zonas, e a vida e diversidade das plantas, para demonstrar características de cada zona, por exemplo, nos passeios devem optar por árvores de sombra, de fácil crescimento, para as vias e entroncamentos com grande movimento de trânsito devem escolher árvores que não constituam obstáculos para condutores, no centro histórico do património cultural e zonas antigas deve haver plantas mais coloridas ou diversificadas, para que produzam os devidos efeitos e cresçam em ambientes convenientes. Para além disso, as autoridades ainda devem ter em conta o tipo de turistas e as condições locais, para definir planos verdes adequados às diferentes zonas, por exemplo, no centro da cidade, com alta densidade populacional, devem optar por plantas que possam ser penduradas, se os passeios forem estreitos, devem criar espaços verdes nos separadores centrais das vias, para aproveitamento dos espaços limitados de Macau. Assim, as autoridades podem fazer, de forma gradual, um planeamento do ambiente ecológico, incluindo a generalização do trabalho verde, o embelezamento ambiental e a criação de um ambiente artístico. Espero que as autoridades possam promover o conceito de gerir e proteger a área verde para elevar a consciência de protecção ambiental de toda a gente, tanto residentes como turistas.

Com a conclusão da construção de várias infra-estruturas de grande

dimensão, incluindo do Metro Ligeiro e das zonas dos novos aterros, vão surgir no centro da cidade mais instalações físicas para dar resposta às necessidades reais. No decorrer do planeamento das vias públicas ou dos novos empreendimentos, é necessário reservar espaço para arborização. Vão surgir nesta cidade mais instalações municipais, por isso é necessário disponibilizar mais áreas verdes verticais, devendo assim reforçar-se a gestão da arborização e elevar o respectivo nível técnico. Proponho ao Governo que adopte mais medidas de incentivo e atribua mais recursos para impulsionar os jovens a tirar cursos desta especialização, para aderirem à área de gestão de arborização e se integrem na respectiva equipa de planeamento. O Governo pode recorrer também à adjudicação de serviços a indivíduos com conhecimentos especializados ou experiência, com vista a reforçar a referida gestão, elevando assim o respectivo nível técnico, e transformar Macau, em conjunto, numa cidade arborizada e confortável para viver.